

Zimbra

pgj@mppe.mp.br

CNMP/CDDF_Conselheiro Fábio George_divulgação das atividades do CNMP

Fls. 10

De : direitosfundamentais@cnmp.mp.br

Ter, 03 de Mai de 2016 13:55

Assunto : CNMP/CDDF_Conselheiro Fábio George_divulgação das atividades do CNMP

1 anexo

Prezados(as),

O Conselheiro Fábio George, presidente desta Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais-CDDF, está tentando promover uma maior aproximação entre o CNMP e os membros do Ministério Público.

Como a CDDF possui uma extensa lista de e-mails de vários membros de todos os ramos do MP brasileiro, ele nos solicitou o envio de dois expedientes de difusão das atividades do CNMP: o primeiro é um boletim informativo com todos as proposições em curso no CNMP, produzido pelo próprio gabinete do Conselheiro e o segundo é o "Direto do CNMP", instrumento produzido pela Assessoria de Comunicação do Conselho, com as principais notícias de nosso órgão de controle.

Assim, caso alguma das proposições e/ou atividades em curso do CNMP interesse aos senhores, o Conselheiro está aberto a receber contribuições.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Comissão de Defesa
dos Direitos Fundamentais
(61) 3366-9272



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Desconhecido <image/bmp>
649 KB

516-0014946-6/2016

Aguardas anexo

Lupone no recibo:

CNMP - boletim informativo - Gabinete do Conselheiro Fábio George

De : direitosfundamentais@cnmp.mp.br

Ter, 03 de Mai de 2016 13:16

Assunto : CNMP - boletim informativo - Gabinete do Conselheiro Fábio George

2 anexos

A pedido do Dr. Fábio George, Conselheiro do CNMP, encaminho a V. Sa. o seguinte boletim informativo que contém as Proposições em curso deste Conselho. Outrossim, a intenção do Conselheiro é receber contribuições para o aperfeiçoamento das atividades do CNMP.



Comissão de Defesa
dos Direitos Fundamentais
(61) 3366-9272

.: Ano III, nº 03 – Brasília, 28 de abril de 2016 .:

Proposições CNMP

Comunicamos que no dia 26/4/2016, durante a 8ª Sessão Ordinária do CNMP, foram apresentadas as seguintes Propostas de Resolução e de Nota Técnica:

Proposta de Resolução 26/04/2016 - Nº 1

Dispõe sobre a designação de membros do Ministério Público brasileiro para auxílio no âmbito dos órgãos auxiliares e da Administração Superior do respectivo Ministério Público e adota outras providências. (Proposição nº 1.00239/2016-72). Proponente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza.

Proposta de Resolução 26/04/2016 - Nº 2

Altera o artigo 1º da Resolução CNMP n. 30 de 19 de maio de 2008 para incluir nova hipótese de impedimento ao exercício da função eleitoral em 1º grau por membro do Ministério Público. (Proposição nº 1.00236/2016-01) Autor: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego.

Proposta de Resolução 26/04/2016 – nº 3

Revoga a Resolução nº 84, de 27 de junho de 2012, que altera o art. 3º da Resolução CNMP nº 40/2009, que regulamenta o conceito de atividade jurídica para concursos públicos de ingresso nas carreiras do Ministério Público (Proposição n 1.00250/2016-79). Autor: Valter Shuenquener De Araújo.

Nota Técnica 26/04/2016 nº 1

Dispõe sobre a posição do Conselho Nacional do Ministério Público sobre as alterações feitas pela Assembleia Legislativa do Piauí no art. 39, inciso IX, da Lei Complementar Estadual nº 12, de 18 de dezembro de 1993, (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí), tornando parte das atribuições do Procurador-Geral de Justiça exclusivas e indelegáveis (Proposição nº 1.00237/2016-65). Autor: Fábio Bastos Stica.

Nota Técnica 26/4/2016 nº 2

Dispõe sobre a posição do Conselho Nacional do Ministério Público sobre o exercício das prerrogativas de membros do Ministério Público, previstas no art. 42 da Lei Federal nº 8.625/93, diante da limitação imposta pela edição do Ato nº 24/2013-P e do Ato 045/2014-P, ambos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Proposição nº 1.00238/2016-19). Autor: Fábio Bastos Stica.

Por oportuno, esclarecemos que, até o momento, as seguintes Propostas de Enunciado/Resolução/Recomendação

Guilherme por A. Patrícia - 08

/Modificação do Regimento Interno e Nota Técnica estão incluídas em pauta para julgamento:



- 1) Processo nº 1501/2013-36 (institui a Política de Segurança Institucional), incluído em pauta desde 17/02/2014;
- 2) Processo nº 0394/2011-67 (estabelece instruções para o cumprimento da Lei Federal n.º 11.767, de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação à busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado), incluído em pauta desde 18/08/2014;
- 3) Processo nº 1095/2013-10 (altera a Resolução CNMP nº 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de interceptações telefônicas, e dá outras providências), incluído em pauta desde 24/2/2015;
- 4) Processo n.º 0660/2014-02 (disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro), incluído em pauta desde 28/4/2015;
- 5) Processo n.º 0171/2014-42 (Proposta de Recomendação aos membros do Ministério Público para se absterem de adotar medidas contrárias ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça (RESP 1.192.332/RS) que, conforme os artigos 13 e 25, da Lei n.º 8.666/93, autoriza o ente público a contratar o advogado por inexigibilidade de licitação, assegurando a inviolabilidade ao exercício profissional do advogado), incluído em pauta desde 12/5/2015;
- 6) Processo nº 0659/2014-70 (regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta), incluído em pauta desde 29/7/2015;
- 7) Processo nº 1045/2013-24 (Proposta de Resolução conjunta entre o CNMP e o CNJ que regula procedimentos de natureza administrativa sobre a tramitação direta do inquérito policial), incluído em pauta desde 29/7/2015;
- 8) Processo nº 1.00059/2015-09 (dispõe sobre a organização e funcionamento de unidades de controle interno, no âmbito do Ministério Público, disciplinando as diretrizes, os princípios, conceitos e normas técnicas necessárias à sua integração), incluído em pauta desde 15/12/2015;
- 9) Processo nº 1.00126/2015-31 (dispõe que as provisões de encargos trabalhistas a serem pagas pelas Unidades Ministeriais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Ministério Público sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial), incluído em pauta desde 15/12/2015;
- 10) Processo nº 1.00333/2015-96 (institui a Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público), incluído em pauta desde 15/12/2015;
- 11) Processo nº 1.00312/2015-43 (define parâmetros para a autuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a alimentação e atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade - CNIAI, do Conselho Nacional de Justiça), incluído em pauta desde 16/2/2016; e
- 12) Processo nº 1.00174/2016-47 (proposta de Nota Técnica da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do CNMP que discute o alcance do Projeto de Lei nº. 3.722/2012, que flexibiliza as regras do Estatuto do Desarmamento quanto à aquisição e porte de armas de fogo), incluído em pauta desde 26/4/2016.

Por fim, encaminhamos, em anexo, o link de todas as 56 proposições apresentadas no CNMP e ainda não julgadas,

incluindo as 12 propostas pautadas, ao tempo em que **nos colocamos à disposição para o recebimento de quaisquer contribuições a respeito das referidas matérias.**



fabiogeorge@cnmp.mp.br

Fábio George
Celular: (61) 9280-1711
Gabinete: (61) 3366-9159

gabconselheirofabiogeorge@cnmp.mp.br



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Desconhecido <image/bmp>
649 KB

Proposições CNMP - 28.04.2016.pdf
144 KB



INFORMATIVO



.: Ano III, nº 03 – Brasília, 28 de abril de 2016 :.

Proposições CNMP

Proposta de Resolução 26/04/2016 - Nº 1

Dispõe sobre a designação de membros do Ministério Público brasileiro para auxílio no âmbito dos órgãos auxiliares e da Administração Superior do respectivo Ministério Público e adota outras providências. (Proposição nº 1.00239/2016-72). Proponente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza.

Proposta de Resolução 26/04/2016 - Nº 2

Altera o artigo 1º da Resolução CNMP n. 30 de 19 de maio de 2008 para incluir nova hipótese de impedimento ao exercício da função eleitoral em 1º grau por membro do Ministério Público. (Proposição nº 1.00236/2016-01) Autor: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego.

Proposta de Resolução 26/04/2016 – nº 3

Revoga a Resolução nº 84, de 27 de junho de 2012, que altera o art. 3º da Resolução CNMP nº 40/2009, que regulamenta o conceito de atividade jurídica para concursos públicos de ingresso nas carreiras do Ministério Público (Proposição n 1.00250/2016-79). Autor: Valter Shuenquener De Araújo.

Nota Técnica 26/04/2016 nº 1

Proposta de nota técnica que dispõe sobre a posição do Conselho Nacional do Ministério Público sobre as alterações feitas pela Assembleia Legislativa do Piauí no art. 39, inciso IX, da Lei Complementar Estadual nº 12, de 18 de dezembro de 1993, (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí), tornando parte

das atribuições do Procurador-Geral de Justiça exclusivas e indelegáveis (Proposição nº 1.00237/2016-65). Autor: Fábio Bastos Stica.



Nota Técnica 26/4/2016 nº 2

Encaminha, para autuação, nota técnica que dispõe sobre a posição do Conselho Nacional do Ministério Público sobre o exercício das prerrogativas de membros do Ministério Público, previstas no art. 42 da Lei Federal nº 8.625/93, diante da limitação imposta pela edição do Ato nº 24/2013-P e do Ato 045/2014-P, ambos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Proposição nº 1.00238/2016-19). Autor: Fábio Bastos Stica.

Proposta de Resolução 05/04/2016 Nº 4

Institui a reserva aos negros de 20% das vagas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público. (Processo nº 1.00207/2016-21). Autor: Conselheiro Marcelo Ferra

Proposta de Resolução 05/04/2016 Nº 3

Dispõe sobre a reserva aos negros (população preta e parda de acordo com os critérios do IBGE) de vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso nas carreiras do Ministério Público brasileiro. (Processo nº 1.00208/2016-85). Autor: Cons. Sérgio Ricardo

Nota Técnica 06/04/2016

Proposta de Nota Técnica do CNMP sobre o Projeto de Lei nº 5069, de 2013, que acrescenta e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848/40 – Código Penal, e altera dispositivos da Lei nº 12.845, de 2013 (Processo nº 1.00185/2016-45). Autor: Fábio George Cruz Da Nóbrega.

Proposta de Resolução 05/04/2016 - Nº 1

Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais das pessoas idosas residentes em

instituições de longa permanência e dá outras providências (Processo nº 1.00184/2016-91). Autor: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega.



Proposta de Resolução 05/04/2016 - Nº 2

Dispõe sobre a obrigatoriedade e uniformização das inspeções em unidades e equipamentos que executam serviços socioassistenciais destinados a pessoas em situação de rua pelos membros do Ministério Público. (Processo nº 1.00183/2016-38). Autor: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega

Nota Técnica 04/04/2016

Proposta de Nota Técnica da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do CNMP que discute o alcance do Projeto de Lei nº. 3.722/2012, que flexibiliza as regras do Estatuto do Desarmamento quanto à aquisição e porte de armas de fogo (Processo nº 1.00174/2016-47). Autor: Antônio Pereira Duarte

Proposta de Resolução 15/03/2016 - Nº 1

Altera a Resolução nº 13, de 02 de outubro de 2006, que regulamenta o art. 8º da Lei Complementar 75/93 e o art. 26 da Lei nº 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal, e dá outras providências. (Processo nº 1.00120/2016-08) Autor: Conselheiro Valter Shuenquener.

Proposta de Resolução 15/03/2016 - Nº 2

Disciplina o exercício de atividade político-partidária e de cargos públicos por membros do Ministério Público Nacional. (Processo nº 1.00119/2016-48) Autor: Conselheiro Walter Agra.

Proposta de Enunciado 15/03/2016

Visa a pacificar e a expressar o direito de manifestação pública e objetiva dos membros do Ministério Público a respeito dos fatos

que estiverem sob sua investigação (Processo nº 1.00120/2016-08).
Autor: Conselheiro Valter Shuenquener.



Proposta de Emenda Regimental 16/02/2016

Trata-se de proposição destinada a alterar o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, com o escopo de regulamentar o disposto em seu art. 23, inciso XIII, que dá a qualquer Conselheiro o direito de propor ao Plenário a revisão do feito arquivado por decisão monocrática (Processo nº 1.00077/2016-72). Autor: Conselheiro Orlando Rochadel.

Proposta de Resolução 26/01/2016

Descrição: Altera a Resolução CNMP n.º 94, que disciplina o "Prêmio CNMP" (Proposição nº 1.00036/2016-30). Autor: Conselheiro Orlando Rochadel.

Proposta de Recomendação nº 1 de 15/12/2015

Descrição: Dispõe sobre a uniformização e atuação do Ministério Público Brasileiro, através de políticas e diretrizes administrativas que fomentem o combate à síndrome de Alienação Parental que compromete o direito à convivência familiar da criança, adolescente, pessoas com deficiência e incapazes de exprimir a sua vontade. Proposição nº 1.00434/2015-85. Autor: Conselheiro Walter Agra - Presidente da Comissão da Infância e Juventude

Proposta de Resolução nº 2 de 15/12/2015

Descrição: Proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão no Ministério Público de pessoa que tenha praticado atos tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, e dá outras providências. Proposição nº 1.00439/2015-53. Autor: Conselheiro Fábio George

Proposta de Recomendação nº 2 de 15/12/2015

Descrição: Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a correta implementação da política

de cotas étnico-raciais em vestibulares e concursos públicos. 18
Proposição nº 1.00438/2015-08. Autor: Conselheiro Fábio George *MPPE*
Fis.
CAOPIJ

Proposta de Resolução nº 3 de 15/12/2015

Descrição: Estabelece diretrizes gerais para a preservação, promoção e difusão da memória do Ministério Público Brasileiro. Proposição nº 1.00432/2015-78. Autor: Conselheiro Antônio Duarte

Proposta de Resolução 24/11/2015 Nº 2

Descrição: Dispõe sobre o cancelamento de anotações nos registros de qualquer natureza do membro do Ministério Público, referente às reclamações, sindicâncias e demais procedimentos de cunho disciplinar, arquivados sem sancionamento, após o transcurso do lapso temporal de 2 (dois) anos da decisão definitiva. (Proposição nº 1.00383/2015-19). Autor: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza

Proposta de Resolução 24/11/2015 Nº 1

Descrição: Dispõe sobre a criação de Comissão Temporária de Aperfeiçoamento e Fomento da Atuação do Ministério Público na área de Defesa do Meio Ambiente e de fiscalização das Políticas Públicas Ambientais. (Proposição nº 1.00384/2015-72). Autor: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza

Proposta de Resolução 27/10/2015 nº 1

Descrição: Institui a Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público. (Proposição nº 1.00333/2015-96) Autor: Rodrigo Janot Monteiro de Barros - Presidente do CNMP

Proposta de Recomendação 13/10/2015

Descrição: Proposta de Recomendação que define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a alimentação e atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade - CNIAI, do Conselho Nacional de Justiça. (Proposição nº 1.00312/2015-43) Autor: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega

Proposta de Enunciado - Atos de Gestão e Administração

Resolve: Art. 1º. Propor o seguinte enunciado: "Não compete ao Conselho Nacional do Ministério Público revisar ato do Procurador-Geral, no âmbito de seu dever-poder de gestão e administração de sua unidade ministerial, que não desborde os limites da legalidade" (Proposição nº 1.00222/2015-52)

Proposta de Enunciado - Embargos de Declaração

Resolve: Art. 1º. Propor o seguinte enunciado: "Não cabem embargos de declaração de decisões proferidas em sede de PCA se não estiverem presentes obscuridade, omissão, contradição ou erro material." (Proposição nº 1.00224/2015-60)

Proposta de Enunciado - OAB - Concurso Público

Resolve: Art. 1º. Propor o seguinte enunciado: "É obrigatória a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases de concurso para ingresso no Ministério Público, inclusive na apreciação de eventuais recursos, sob pena de nulidade de todas as fases posteriores à comprovada ausência de participação." (Proposição nº 1.00223/2015-06)

Nota técnica 19/08/2015

Proposta de Nota Técnica sobre as Propostas de Emenda Constitucional de Redução da Idade Mínima de Admissão ao Trabalho e Emprego, encaminhada pela COPF para autuação (Proposição nº 1.00190/2015-21). Autor: Walter de Agra Júnior

Proposta de Recomendação 18/08/2015

Descrição: Estabelece a política de comunicação social no Ministério Público Brasileiro. (Proposição nº 1.00191/2015-85)
Autor: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego.

Proposta de Resolução 18/08/2015

Descrição: Dispõe sobre o planejamento estratégico nacional do Ministério Público, estabelece diretrizes para o planejamento

estratégico das unidades e ramos do Ministério Público e dá outras providências. (Proposição nº 1.00192/2015-39) Autor: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego.



Proposta de Resolução nº 2 23/06/2015

Descrição: Dispõe que as provisões de encargos trabalhistas a serem pagas pelas Unidades Ministeriais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Ministério Público sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial. Autor: Conselheiro Jarbas Soares Júnior (Proposição nº 1.00126/2015-31)

Proposta de Resolução 23/06/2015

Descrição: Dispõe sobre a organização e funcionamento de unidades de controle interno, no âmbito do Ministério Público, disciplinando as diretrizes, os princípios, conceitos e normas técnicas necessárias à sua integração. (Proposição nº 1.00059/2015-09) Autor: Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho

Proposta de Resolução nº 4 - 26/05/2015

Descrição: Altera os artigos 10 e 11, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2015. (Proposição nº 0541/2015-22) Autor: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega.

Proposta de Emenda Regimental 12/05/2015

Descrição: Altera o art. 36, §1º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público (Processo nº 0466/2015-08). Autor: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Proposta de Recomendação 28/04/2015

Descrição: Dispõe sobre a necessidade de conferir maior celeridade e efetividade nas investigações, denúncias e acompanhamento das ações penais pela prática dos crimes de abuso e exploração sexual, tortura, maus tratos e tráfico de crianças e adolescentes. (Processo CNMP nº 0416/2015-12). Autor:

Conselheiro Walter de Agra Júnior - Presidente da Comissão da Infância e Juventude.



Nota técnica 28/4/2015

Nota Técnica sobre a Proposta de Emenda Constitucional nº 171/1993 de redução da maioria penal. (Processo CNMP nº 0417/2015-67). Autor: Conselheiro Walter de Agra Júnior.

Proposta de Resolução 28/01/2015 nº2

Dispõe sobre a criação de sistema de controle de prazos de processos eleitorais, conforme previsto no artigo 26-B, § 3º da Lei Complementar 64/90, com redação dada pela Lei Complementar 135/2010. (Processo CNMP nº 0.00.000.000066/2015-94) Autor: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Proposta de Resolução 28/01/2015 nº1

Descrição: Dispõe sobre os concursos públicos para ingresso nas carreiras de Procurador, ou de Promotor de Justiça, em todos os segmentos do Ministério Público da União e dos Ministérios Públicos dos Estados (Processo CNMP nº 0.00.000.000063/2015-51). Autor: Conselheiro Walter de Agra Júnior.

Proposta de Resolução 1/12/2014

Dispõe sobre a publicação das decisões proferidas pelos Órgãos Colegiados do Ministério Público atribuídos do controle da atuação extrajudicial finalística. (Processo CNMP nº 0.00.000.001675/2014-80) Autor: Conselheiro Leonardo Carvalho.

Proposta de Resolução 17/11/2014

Descrição: Altera o artigo 3º, §§ 3º e 4º, da Resolução nº 14, de 6 de novembro de 2006, que dispõe sobre regras gerais regulamentares para o concurso de ingresso na carreira do Ministério Público (Processo CNMP nº 0.00.000.001611/2014-89) Autor: Conselheiros Jeferson Coelho e Alessandro Tramujas.



Proposta de Resolução 03/11/2014 nº 2

Proposta de Resolução que dá nova redação ao § 4º do art. 2º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007. (Processo CNMP nº 0.00.000.001569/2014-04) Autor: Conselheiro Jarbas Soares Júnior.

Proposta de Resolução 01/09/2014 nº 2.

Descrição: Altera a Resolução CNMP nº 09/2006, mediante retificação do parágrafo único de seu artigo 4º, bem como por meio do acréscimo da alínea "e" ao inciso III de seu artigo 6º. Autor: Conselheiro Alexandre Berzosa Saliba (Processo nº 1246/2014-11).

Proposta de Resolução 01/09/2014 nº 1

Descrição: Disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo. Autor: Conselheiro Cláudio H. Portela do Rego (Processo nº 1222/2014-53).

Proposta de Resolução 09/06/2014 nº 3

Descrição: Altera o artigo 17 da Resolução nº 14/2006, para estabelecer critérios sobre o que pode ser entendido por questão objetiva de pronta resposta nos concursos de ingresso na carreira do Ministério Público Brasileiro. Autor: Conselheiro Antônio Pereira Duarte (Processo nº 0916/2014-73).

Proposta de Resolução 28/04/2014 nº 2

Descrição: Regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta. Autor: Presidente Rodrigo Janot Monteiro de Barros (Processo nº 0659/2014-70).

Proposta de Resolução 28/04/2014 nº 1

Descrição: Disciplina a expedição de recomendações pelo
Ministério Público brasileiro. Autor: Presidente Rodrigo Janot
Monteiro de Barros (Processo nº 0660/2014-02).



Proposta de Emenda Regimental 17/02/2014

Descrição: Proposta de Emenda Regimental que visa alterar o artigo 41 do RICNMP (Resolução nº 92), determinando a obrigatoriedade de notificação eletrônica às chefias das unidades ministeriais, no âmbito do CNMP. Autor: Cons. Walter Agra. (Proposição nº 0.00.000.000354/2014-68)

Proposta de Recomendação 03/02/2014 nº 2

Descrição: Proposta de Recomendação acerca da necessidade de legislação local específica para conversão de férias em pecúnia no âmbito dos Ministérios Públicos Estaduais e da não incidência de imposto de renda. Autor: Cons. Walter Agra (Processo nº 0191/2014-13).

Proposta de Recomendação 03/02/2014 nº 1

Descrição: Proposta de Recomendação que visa recomendar aos Membros do Ministério Público absterem-se de adotar medidas contrárias ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça (RESP 1.192.332/RS) que, conforme os artigos 13 e 25 da Lei 8.666/93 autoriza o ente público a contratar o advogado por inexigibilidade de licitação, assegurando a inviolabilidade ao exercício profissional do advogado (Processo nº 0171/2014-42). Autor: Cons. Esdras Dantas.

Proposta de Resolução 21/10/2013 nº 1

Descrição: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público, e dá outras providências (Processo nº 1501/2013-36). Autor: Presidente do CNMP, Doutor Rodrigo Janot.



Proposição de Resolução 07/08/2013

Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP nº 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de interceptações telefônicas, e dá outras providências (Processo 1095/2013-10). Proponente: Conselheiro Fabiano Silveira. Relator: Conselheiro Esdras Dantas.

Proposta de Resolução 30/07/2013

Descrição: Proposta de Resolução conjunta entre o CNMP e o CNJ que regula procedimentos de natureza administrativa sobre a tramitação direta do inquérito policial. Autor: Cons. Fabiano Silveira (Processo nº 1045/2013-24).

Proposta de Resolução 20/11/2012

Descrição: Disciplina o exercício de atividade político-partidária e de cargos públicos por membros do Ministério Público e revoga as Resoluções CNMP nos.5, de 20/03/2006 e 72, de 15/06/2011 (Processo nº 1374/2012-94). Autor: Almino de Afonso.

Proposta de Resolução 29/05/2012

Descrição: Revoga expressamente a Resolução CNMP nº 05, de 20 de março de 2006 (Processo nº 0556/2012-48). Autor: Alessandro Tramujas.

Proposta de Resolução 15/05/2012

Descrição: Dispõe sobre a requisição de membros auxiliares e o convite a membros colaboradores do CNMP e dá outras providências (Processo nº 0488/2012-17). Autor: Almino Afonso.

Proposta de Resolução 16/03/2011

Descrição: Proposta de Resolução que visa estabelecer instruções para cumprimento da Lei Federal 11.767 de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação a busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado (Processo nº 0394/2011-67). Autor: Almino Afonso.



Por fim, esclarecemos que o acesso ao inteiro teor das Resoluções em vigor no CNMP pode ser feito por meio do link <http://www.cnmp.mp.br/portal/normas>.

fabioGeorge@cnmp.mp.br

Fábio George

Celular: (61) 9280-1711

Gabinete: (61) 3366-9159

gabconselho@fabioGeorge@cnmp.mp.br

CNMP/CDDF_Conselheiro Fábio George_divulgação das atividades do CNMP

Fls. 26

CAOPIS

De : direitosfundamentais@cnmp.mp.br

Ter, 03 de Mai de 2016 13:55

Assunto : CNMP/CDDF_Conselheiro Fábio George_divulgação das atividades do CNMP

1 anexo

Prezados(as),

O Conselheiro Fábio George, presidente desta Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais-CDDF, está tentando promover uma maior aproximação entre o CNMP e os membros do Ministério Público.

Como a CDDF possui uma extensa lista de e-mails de vários membros de todos os ramos do MP brasileiro, ele nos solicitou o envio de dois expedientes de difusão das atividades do CNMP: o primeiro é um boletim informativo com todos as proposições em curso no CNMP, produzido pelo próprio gabinete do Conselheiro e o segundo é o "Direto do CNMP", instrumento produzido pela Assessoria de Comunicação do Conselho, com as principais notícias de nosso órgão de controle.

Assim, caso alguma das proposições e/ou atividades em curso do CNMP interesse aos senhores, o Conselheiro está aberto a receber contribuições.

CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Comissão de Defesa
dos Direitos Fundamentais
(61) 3366-9272

CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Desconhecido <image/bmp>

649 KB

Sig - 0014946-6/2016

aguardas anexo

Lyonie no richi

CNMP - boletim informativo - Gabinete do Conselheiro Fábio George

De : direitosfundamentais@cnmp.mp.br

Ter, 03 de Mar de 2016 13:15

Assunto : CNMP - boletim informativo - Gabinete do Conselheiro Fábio George



A pedido do Dr. Fábio George, Conselheiro do CNMP, encaminho a V. Sa. o seguinte boletim informativo que contém as Proposições em curso deste Conselho. Outrossim, a intenção do Conselheiro é receber contribuições para o aperfeiçoamento das atividades do CNMP.



Comissão de Defesa
dos Direitos Fundamentais
(61) 3366-9272

.: Ano III, nº 03 – Brasília, 28 de abril de 2016 .:

Proposições CNMP

Comunicamos que no dia 26/4/2016, durante a 8ª Sessão Ordinária do CNMP, foram apresentadas as seguintes Propostas de Resolução e de Nota Técnica:

Proposta de Resolução 26/04/2016 - Nº 1

Dispõe sobre a designação de membros do Ministério Público brasileiro para auxílio no âmbito dos órgãos auxiliares e da Administração Superior do respectivo Ministério Público e adota outras providências. (Proposição nº 1.00239/2016-72). Proponente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza.

Proposta de Resolução 26/04/2016 - Nº 2

Altera o artigo 1º da Resolução CNMP n. 30 de 19 de maio de 2008 para incluir nova hipótese de impedimento ao exercício da função eleitoral em 1º grau por membro do Ministério Público. (Proposição nº 1.00236/2016-01) Autor: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego.

Proposta de Resolução 26/04/2016 – nº 3

Revoga a Resolução nº 84, de 27 de junho de 2012, que altera o art. 3º da Resolução CNMP nº 40/2009, que regulamenta o conceito de atividade jurídica para concursos públicos de ingresso nas carreiras do Ministério Público (Proposição n 1.00250/2016-79). Autor: Valter Shuenquener De Araújo.

Nota Técnica 26/04/2016 nº 1

Dispõe sobre a posição do Conselho Nacional do Ministério Público sobre as alterações feitas pela Assembleia Legislativa do Piauí no art. 39, inciso IX, da Lei Complementar Estadual nº 12, de 18 de dezembro de 1993, (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí), tornando parte das atribuições do Procurador-Geral de Justiça exclusivas e indelegáveis (Proposição nº 1.00237/2016-65). Autor: Fábio Bastos Stica.

Nota Técnica 26/4/2016 nº 2

Dispõe sobre a posição do Conselho Nacional do Ministério Público sobre o exercício das prerrogativas de membros do Ministério Público, previstas no art. 42 da Lei Federal nº 8.625/93, diante da limitação imposta pela edição do Ato nº 24/2013-P e do Ato 045/2014-P, ambos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Proposição nº 1.00238/2016-19). Autor: Fábio Bastos Stica.

Por oportuno, esclarecemos que, até o momento, as seguintes Propostas de Enunciado/Resolução/Recomendação

Enviado por Dr. Fábio George - 02

/Modificação do Regimento Interno e Nota Técnica estão incluídas em pauta para julgamento:



- 1) Processo nº 1501/2013-36 (institui a Política de Segurança Institucional), incluído em pauta desde 17/02/2014;
- 2) Processo nº 0394/2011-67 (estabelece instruções para o cumprimento da Lei Federal n.º 11.767, de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação à busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado), incluído em pauta desde 18/08/2014;
- 3) Processo nº 1095/2013-10 (altera a Resolução CNMP nº 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de interceptações telefônicas, e dá outras providências), incluído em pauta desde 24/2/2015;
- 4) Processo n.º 0660/2014-02 (disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro), incluído em pauta desde 28/4/2015;
- 5) Processo n.º 0171/2014-42 (Proposta de Recomendação aos membros do Ministério Público para se absterem de adotar medidas contrárias ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça (RESP 1.192.332/RS) que, conforme os artigos 13 e 25, da Lei n.º 8.666/93, autoriza o ente público a contratar o advogado por inexigibilidade de licitação, assegurando a inviolabilidade ao exercício profissional do advogado), incluído em pauta desde 12/5/2015;
- 6) Processo nº 0659/2014-70 (regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta), incluído em pauta desde 29/7/2015;
- 7) Processo nº 1045/2013-24 (Proposta de Resolução conjunta entre o CNMP e o CNJ que regula procedimentos de natureza administrativa sobre a tramitação direta do inquérito policial), incluído em pauta desde 29/7/2015;
- 8) Processo nº 1.00059/2015-09 (dispõe sobre a organização e funcionamento de unidades de controle interno, no âmbito do Ministério Público, disciplinando as diretrizes, os princípios, conceitos e normas técnicas necessárias à sua integração), incluído em pauta desde 15/12/2015;
- 9) Processo nº 1.00126/2015-31 (dispõe que as provisões de encargos trabalhistas a serem pagas pelas Unidades Ministeriais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Ministério Público sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial), incluído em pauta desde 15/12/2015;
- 10) Processo nº 1.00333/2015-96 (institui a Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público), incluído em pauta desde 15/12/2015;
- 11) Processo nº 1.00312/2015-43 (define parâmetros para a autuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a alimentação e atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade - CNIAI, do Conselho Nacional de Justiça), incluído em pauta desde 16/2/2016; e
- 12) Processo nº 1.00174/2016-47 (proposta de Nota Técnica da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do CNMP que discute o alcance do Projeto de Lei nº. 3.722/2012, que flexibiliza as regras do Estatuto do Desarmamento quanto à aquisição e porte de armas de fogo), incluído em pauta desde 26/4/2016.

Por fim, encaminhamos, em anexo, o link de todas as 56 proposições apresentadas no CNMP e ainda não julgadas,

incluindo as 12 propostas pautadas, ao tempo em que **nos colocamos à disposição para o recebimento de quaisquer contribuições a respeito das referidas matérias.**

fabiogearge@cnmp.mp.br

Fábio George
Celular: (61) 9280-1711
Gabinete: (61) 3366-9159

gabconselheirofabiogearge@cnmp.mp.br



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Desconhecido <image/bmp>

649 KB

Proposições CNMP - 28.04.2016.pdf

144 KB

.: Ano III, nº 03 – Brasília, 28 de abril de 2016 .:

Proposições CNMP

Proposta de Resolução 26/04/2016 - Nº 1

Dispõe sobre a designação de membros do Ministério Público brasileiro para auxílio no âmbito dos órgãos auxiliares e da Administração Superior do respectivo Ministério Público e adota outras providências. (Proposição nº 1.00239/2016-72). Proponente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza.

Proposta de Resolução 26/04/2016 - Nº 2

Altera o artigo 1º da Resolução CNMP n. 30 de 19 de maio de 2008 para incluir nova hipótese de impedimento ao exercício da função eleitoral em 1º grau por membro do Ministério Público. (Proposição nº 1.00236/2016-01) Autor: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego.

Proposta de Resolução 26/04/2016 – nº 3

Revoga a Resolução nº 84, de 27 de junho de 2012, que altera o art. 3º da Resolução CNMP nº 40/2009, que regulamenta o conceito de atividade jurídica para concursos públicos de ingresso nas carreiras do Ministério Público (Proposição n 1.00250/2016-79). Autor: Valter Shuenquener De Araújo.

Nota Técnica 26/04/2016 nº 1

Proposta de nota técnica que dispõe sobre a posição do Conselho Nacional do Ministério Público sobre as alterações feitas pela Assembleia Legislativa do Piauí no art. 39, inciso IX, da Lei Complementar Estadual nº 12, de 18 de dezembro de 1993, (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí), tornando parte

das atribuições do Procurador-Geral de Justiça exclusivas indelegáveis (Proposição nº 1.00237/2016-65). Autor: Fábio Bastos Stica.



Nota Técnica 26/4/2016 nº 2

Encaminha, para autuação, nota técnica que dispõe sobre a posição do Conselho Nacional do Ministério Público sobre o exercício das prerrogativas de membros do Ministério Público, previstas no art. 42 da Lei Federal nº 8.625/93, diante da limitação imposta pela edição do Ato nº 24/2013-P e do Ato 045/2014-P, ambos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Proposição nº 1.00238/2016-19). Autor: Fábio Bastos Stica.

Proposta de Resolução 05/04/2016 Nº 4

Institui a reserva aos negros de 20% das vagas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público. (Processo nº 1.00207/2016-21). Autor: Conselheiro Marcelo Ferra

Proposta de Resolução 05/04/2016 Nº 3

Dispõe sobre a reserva aos negros (população preta e parda de acordo com os critérios do IBGE) de vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso nas carreiras do Ministério Público brasileiro. (Processo nº 1.00208/2016-85). Autor: Cons. Sérgio Ricardo

Nota Técnica 06/04/2016

Proposta de Nota Técnica do CNMP sobre o Projeto de Lei nº 5069, de 2013, que acrescenta e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848/40 – Código Penal, e altera dispositivos da Lei nº 12.845, de 2013 (Processo nº 1.00185/2016-45). Autor: Fábio George Cruz Da Nóbrega.

Proposta de Resolução 05/04/2016 - Nº 1

Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais das pessoas idosas residentes em

instituições de longa permanência e dá outras providências (Processo nº 1.00184/2016-91). Autor: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega.



Proposta de Resolução 05/04/2016 - Nº 2

Dispõe sobre a obrigatoriedade e uniformização das inspeções em unidades e equipamentos que executam serviços socioassistenciais destinados a pessoas em situação de rua pelos membros do Ministério Público. (Processo nº 1.00183/2016-38). Autor: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega

Nota Técnica 04/04/2016

Proposta de Nota Técnica da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do CNMP que discute o alcance do Projeto de Lei nº. 3.722/2012, que flexibiliza as regras do Estatuto do Desarmamento quanto à aquisição e porte de armas de fogo (Processo nº 1.00174/2016-47). Autor: Antônio Pereira Duarte

Proposta de Resolução 15/03/2016 - Nº 1

Altera a Resolução nº 13, de 02 de outubro de 2006, que regulamenta o art. 8º da Lei Complementar 75/93 e o art. 26 da Lei nº 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal, e dá outras providências. (Processo nº 1.00120/2016-08) Autor: Conselheiro Valter Shuenquener.

Proposta de Resolução 15/03/2016 - Nº 2

Disciplina o exercício de atividade político-partidária e de cargos públicos por membros do Ministério Público Nacional. (Processo nº 1.00119/2016-48) Autor: Conselheiro Walter Agra.

Proposta de Enunciado 15/03/2016

Visa a pacificar e a expressar o direito de manifestação pública e objetiva dos membros do Ministério Público a respeito dos fatos

que estiverem sob sua investigação (Processo nº 1.00120/2016-08).

Autor: Conselheiro Valter Shuenquener.



Proposta de Emenda Regimental 16/02/2016

Trata-se de proposição destinada a alterar o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, com o escopo de regulamentar o disposto em seu art. 23, inciso XIII, que dá a qualquer Conselheiro o direito de propor ao Plenário a revisão do feito arquivado por decisão monocrática (Processo nº 1.00077/2016-72). Autor: Conselheiro Orlando Rochadel.

Proposta de Resolução 26/01/2016

Descrição: Altera a Resolução CNMP n.º 94, que disciplina o "Prêmio CNMP" (Proposição nº 1.00036/2016-30). Autor: Conselheiro Orlando Rochadel.

Proposta de Recomendação nº 1 de 15/12/2015

Descrição: Dispõe sobre a uniformização e atuação do Ministério Público Brasileiro, através de políticas e diretrizes administrativas que fomentem o combate à síndrome de Alienação Parental que compromete o direito à convivência familiar da criança, adolescente, pessoas com deficiência e incapazes de exprimir a sua vontade. Proposição nº 1.00434/2015-85. Autor: Conselheiro Walter Agra - Presidente da Comissão da Infância e Juventude

Proposta de Resolução nº 2 de 15/12/2015

Descrição: Proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão no Ministério Público de pessoa que tenha praticado atos tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, e dá outras providências. Proposição nº 1.00439/2015-53. Autor: Conselheiro Fábio George

Proposta de Recomendação nº 2 de 15/12/2015

Descrição: Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a correta implementação da política

de cotas étnico-raciais em vestibulares e concursos públicos. 34
Proposição nº 1.00438/2015-08. Autor: Conselheiro Fábio George
MPPE
AOPIJ

Proposta de Resolução nº 3 de 15/12/2015

Descrição: Estabelece diretrizes gerais para a preservação, promoção e difusão da memória do Ministério Público Brasileiro. Proposição nº 1.00432/2015-78. Autor: Conselheiro Antônio Duarte

Proposta de Resolução 24/11/2015 Nº 2

Descrição: Dispõe sobre o cancelamento de anotações nos registros de qualquer natureza do membro do Ministério Público, referente às reclamações, sindicâncias e demais procedimentos de cunho disciplinar, arquivados sem sancionamento, após o transcurso do lapso temporal de 2 (dois) anos da decisão definitiva. (Proposição nº 1.00383/2015-19). Autor: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza

Proposta de Resolução 24/11/2015 Nº 1

Descrição: Dispõe sobre a criação de Comissão Temporária de Aperfeiçoamento e Fomento da Atuação do Ministério Público na área de Defesa do Meio Ambiente e de fiscalização das Políticas Públicas Ambientais. (Proposição nº 1.00384/2015-72). Autor: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza

Proposta de Resolução 27/10/2015 nº 1

Descrição: Institui a Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público. (Proposição nº 1.00333/2015-96) Autor: Rodrigo Janot Monteiro de Barros - Presidente do CNMP

Proposta de Recomendação 13/10/2015

Descrição: Proposta de Recomendação que define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a alimentação e atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade - CNIAI, do Conselho Nacional de Justiça. (Proposição nº 1.00312/2015-43) Autor: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega



Proposta de Enunciado - Atos de Gestão e Administração

Resolve: Art. 1º. Propor o seguinte enunciado: "Não compete ao Conselho Nacional do Ministério Público revisar ato do Procurador-Geral, no âmbito de seu dever-poder de gestão e administração de sua unidade ministerial, que não desborde os limites da legalidade" (Proposição nº 1.00222/2015-52)

Proposta de Enunciado - Embargos de Declaração

Resolve: Art. 1º. Propor o seguinte enunciado: "Não cabem embargos de declaração de decisões proferidas em sede de PCA se não estiverem presentes obscuridade, omissão, contradição ou erro material." (Proposição nº 1.00224/2015-60)

Proposta de Enunciado - OAB - Concurso Público

Resolve: Art. 1º. Propor o seguinte enunciado: "É obrigatória a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases de concurso para ingresso no Ministério Público, inclusive na apreciação de eventuais recursos, sob pena de nulidade de todas as fases posteriores à comprovada ausência de participação." (Proposição nº 1.00223/2015-06)

Nota técnica 19/08/2015

Proposta de Nota Técnica sobre as Propostas de Emenda Constitucional de Redução da Idade Mínima de Admissão ao Trabalho e Emprego, encaminhada pela COPF para autuação (Proposição nº 1.00190/2015-21). Autor: Walter de Agra Júnior

Proposta de Recomendação 18/08/2015

Descrição: Estabelece a política de comunicação social no Ministério Público Brasileiro. (Proposição nº 1.00191/2015-85)
Autor: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego.

Proposta de Resolução 18/08/2015

Descrição: Dispõe sobre o planejamento estratégico nacional do Ministério Público, estabelece diretrizes para o planejamento

estratégico das unidades e ramos do Ministério Público e dá outras providências. (Proposição nº 1.00192/2015-39) Autor: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego.



Proposta de Resolução nº 2 23/06/2015

Descrição: Dispõe que as provisões de encargos trabalhistas a serem pagas pelas Unidades Ministeriais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Ministério Público sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial. Autor: Conselheiro Jarbas Soares Júnior (Proposição nº 1.00126/2015-31)

Proposta de Resolução 23/06/2015

Descrição: Dispõe sobre a organização e funcionamento de unidades de controle interno, no âmbito do Ministério Público, disciplinando as diretrizes, os princípios, conceitos e normas técnicas necessárias à sua integração. (Proposição nº 1.00059/2015-09) Autor: Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho

Proposta de Resolução nº 4 - 26/05/2015

Descrição: Altera os artigos 10 e 11, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2015. (Proposição nº 0541/2015-22) Autor: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega.

Proposta de Emenda Regimental 12/05/2015

Descrição: Altera o art. 36, §1º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público (Processo nº 0466/2015-08). Autor: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Proposta de Recomendação 28/04/2015

Descrição: Dispõe sobre a necessidade de conferir maior celeridade e efetividade nas investigações, denúncias e acompanhamento das ações penais pela prática dos crimes de abuso e exploração sexual, tortura, maus tratos e tráfico de crianças e adolescentes. (Processo CNMP nº 0416/2015-12). Autor:

Conselheiro Walter de Agra Júnior - Presidente da Comissão da Infância e Juventude.



Nota técnica 28/4/2015

Nota Técnica sobre a Proposta de Emenda Constitucional nº 171/1993 de redução da maioria penal. (Processo CNMP nº 0417/2015-67). Autor: Conselheiro Walter de Agra Júnior.

Proposta de Resolução 28/01/2015 nº2

Dispõe sobre a criação de sistema de controle de prazos de processos eleitorais, conforme previsto no artigo 26-B, § 3º da Lei Complementar 64/90, com redação dada pela Lei Complementar 135/2010. (Processo CNMP nº 0.00.000.000066/2015-94) Autor: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Proposta de Resolução 28/01/2015 nº1

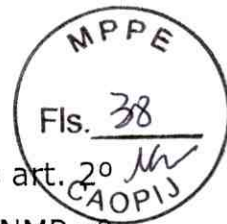
Descrição: Dispõe sobre os concursos públicos para ingresso nas carreiras de Procurador, ou de Promotor de Justiça, em todos os segmentos do Ministério Público da União e dos Ministérios Públicos dos Estados (Processo CNMP nº 0.00.000.000063/2015-51). Autor: Conselheiro Walter de Agra Júnior.

Proposta de Resolução 1/12/2014

Dispõe sobre a publicação das decisões proferidas pelos Órgãos Colegiados do Ministério Público atribuídos do controle da atuação extrajudicial finalística. (Processo CNMP nº 0.00.000.001675/2014-80) Autor: Conselheiro Leonardo Carvalho.

Proposta de Resolução 17/11/2014

Descrição: Altera o artigo 3º, §§ 3º e 4º, da Resolução nº 14, de 6 de novembro de 2006, que dispõe sobre regras gerais regulamentares para o concurso de ingresso na carreira do Ministério Público (Processo CNMP nº 0.00.000.001611/2014-89) Autor: Conselheiros Jeferson Coelho e Alessandro Tramujas.



Proposta de Resolução 03/11/2014 nº 2

Proposta de Resolução que dá nova redação ao § 4º do art. 2º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007. (Processo CNMP nº 0.00.000.001569/2014-04) Autor: Conselheiro Jarbas Soares Júnior.

Proposta de Resolução 01/09/2014 nº 2.

Descrição: Altera a Resolução CNMP nº 09/2006, mediante retificação do parágrafo único de seu artigo 4º, bem como por meio do acréscimo da alínea "e" ao inciso III de seu artigo 6º. Autor: Conselheiro Alexandre Berzosa Saliba (Processo nº 1246/2014-11).

Proposta de Resolução 01/09/2014 nº 1

Descrição: Disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo. Autor: Conselheiro Cláudio H. Portela do Rego (Processo nº 1222/2014-53).

Proposta de Resolução 09/06/2014 nº 3

Descrição: Altera o artigo 17 da Resolução nº 14/2006, para estabelecer critérios sobre o que pode ser entendido por questão objetiva de pronta resposta nos concursos de ingresso na carreira do Ministério Público Brasileiro. Autor: Conselheiro Antônio Pereira Duarte (Processo nº 0916/2014-73).

Proposta de Resolução 28/04/2014 nº 2

Descrição: Regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta. Autor: Presidente Rodrigo Janot Monteiro de Barros (Processo nº 0659/2014-70).

Proposta de Resolução 28/04/2014 nº 1

Descrição: Disciplina a expedição de recomendações pelo 39
Ministério Público brasileiro. Autor: Presidente Rodrigo Janot
Monteiro de Barros (Processo nº 0660/2014-02).



Proposta de Emenda Regimental 17/02/2014

Descrição: Proposta de Emenda Regimental que visa alterar o artigo 41 do RICNMP (Resolução nº 92), determinando a obrigatoriedade de notificação eletrônica às chefias das unidades ministeriais, no âmbito do CNMP. Autor: Cons. Walter Agra. (Proposição nº 0.00.000.000354/2014-68)

Proposta de Recomendação 03/02/2014 nº 2

Descrição: Proposta de Recomendação acerca da necessidade de legislação local específica para conversão de férias em pecúnia no âmbito dos Ministérios Públicos Estaduais e da não incidência de imposto de renda. Autor: Cons. Walter Agra (Processo nº 0191/2014-13).

Proposta de Recomendação 03/02/2014 nº 1

Descrição: Proposta de Recomendação que visa recomendar aos Membros do Ministério Público absterem-se de adotar medidas contrárias ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça (RESP 1.192.332/RS) que, conforme os artigos 13 e 25 da Lei 8.666/93 autoriza o ente público a contratar o advogado por inexigibilidade de licitação, assegurando a inviolabilidade ao exercício profissional do advogado (Processo nº 0171/2014-42). Autor: Cons. Esdras Dantas.

Proposta de Resolução 21/10/2013 nº 1

Descrição: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público, e dá outras providências (Processo nº 1501/2013-36). Autor: Presidente do CNMP, Doutor Rodrigo Janot.



Proposição de Resolução 07/08/2013

Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de intercepções telefônicas, e dá outras providências (Processo 1095/2013-10). Proponente: Conselheiro Fabiano Silveira. Relator: Conselheiro Esdras Dantas.

Proposta de Resolução 30/07/2013

Descrição: Proposta de Resolução conjunta entre o CNMP e o CNJ que regula procedimentos de natureza administrativa sobre a tramitação direta do inquérito policial. Autor: Cons. Fabiano Silveira (Processo nº 1045/2013-24).

Proposta de Resolução 20/11/2012

Descrição: Disciplina o exercício de atividade político-partidária e de cargos públicos por membros do Ministério Público e revoga as Resoluções CNMP nos.5, de 20/03/2006 e 72, de 15/06/2011 (Processo nº 1374/2012-94). Autor: Almino de Afonso.

Proposta de Resolução 29/05/2012

Descrição: Revoga expressamente a Resolução CNMP nº 05, de 20 de março de 2006 (Processo nº 0556/2012-48). Autor: Alessandro Tramujas.

Proposta de Resolução 15/05/2012

Descrição: Dispõe sobre a requisição de membros auxiliares e o convite a membros colaboradores do CNMP e dá outras providências (Processo nº 0488/2012-17). Autor: Almino Afonso.

Proposta de Resolução 16/03/2011

Descrição: Proposta de Resolução que visa estabelecer instruções para cumprimento da Lei Federal 11.767 de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação a busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado (Processo nº 0394/2011-67). Autor: Almino Afonso.



Por fim, esclarecemos que o acesso ao inteiro teor das Resoluções em vigor no CNMP pode ser feito por meio do link <http://www.cnmp.mp.br/portal/normas>.

fabiojorge@cnmp.mp.br

Fábio George

Celular: (61) 9280-1711
Gabinete: (61) 3366-9159

gabconselho@fabiojorge@cnmp.mp.br

Re: CNMP/CDDF_Conselheiro Fábio George_divulgação das atividades do CNMP

De : direitosfundamentais@cnmp.mp.br

Ter, 03 de Mai de 2016 16:03

Assunto : Re: CNMP/CDDF_Conselheiro Fábio George_divulgação das atividades do CNMP

2 anexos

Para : Gabinete do Procurador Geral <pgj@mppe.mp.br>

Prezada Zilda,

O "Direito do CNMP" é expediente produzido pela nossa Assessoria de Comunicação. Eles provavelmente começarão a enviá-lo a partir de amanhã.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Comissão de Defesa
dos Direitos Fundamentais
(61) 3366-9272

>>> Gabinete do Procurador Geral <pgj@mppe.mp.br> 03/05/2016 14:59 >>>
Acuso o recebimento do presente email, informando que o expediente: "Direito do CNMP", não chegou.
Zilda Oliveira

Equipe do Gabinete
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado de Pernambuco
Fone: (81) 3182-7093/7094

De: direitosfundamentais@cnmp.mp.br

Enviadas: Terça-feira, 3 de Maio de 2016 13:55:46

Assunto: CNMP/CDDF_Conselheiro Fábio George_divulgação das atividades do CNMP

Prezados(as),

O Conselheiro Fábio George, presidente desta Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais-CDDF, está tentando promover uma maior aproximação entre o CNMP e os membros do Ministério Público.

MPPE
42
Pis. *M*
10/11

Como a CDDF possui uma extensa lista de e-mails de vários membros de todos os ramos do MP brasileiro, ele nos solicitou o envio de dois expedientes de difusão das atividades do CNMP: o primeiro é um boletim informativo com todos as proposições em curso no CNMP, produzido pelo próprio gabinete do Conselheiro e o segundo é o "Direto do CNMP", instrumento produzido pela Assessoria de Comunicação do Conselho, com as principais notícias de nosso órgão de controle.

Assim, caso alguma das proposições e/ou atividades em curso do CNMP interesse aos senhores, o Conselheiro está aberto a receber contribuições.



Comissão de Defesa
dos Direitos Fundamentais
(61) 3366-9272



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Desconhecido <image/bmp>
649 KB



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Desconhecido <image/bmp>
649 KB

De : Gabinete do Procurador Geral <pgj@mppe.mp.br> Ter, 03 de Mai de 2016 14:59

Assunto : Re: CNMP/CDDF_Conselheiro Fábio George_divulgação
das atividades do CNMP

1 anexo

Para : direitosfundamentais@cnmp.mp.br

Acuso o recebimento do presente email, informando que o expediente: "Direto do CNMP", não chegou.
Zilda Oliveira

Equipe do Gabinete
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado de Pernambuco



De: direitosfundamentais@cnmp.mp.br

Enviadas: Terça-feira, 3 de Maio de 2016 13:55:46

Assunto: CNMP/CDDF_Conselheiro Fábio George_divulgação das atividades do CNMP

Prezados(as),

O Conselheiro Fábio George, presidente desta Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais-CDDF, está tentando promover uma maior aproximação entre o CNMP e os membros do Ministério Público.

Como a CDDF possui uma extensa lista de e-mails de vários membros de todos os ramos do MP brasileiro, ele nos solicitou o envio de dois expedientes de difusão das atividades do CNMP: o primeiro é um boletim informativo com todos as proposições em curso no CNMP, produzido pelo próprio gabinete do Conselheiro e o segundo é o "Direto do CNMP", instrumento produzido pela Assessoria de Comunicação do Conselho, com as principais notícias de nosso órgão de controle.

Assim, caso alguma das proposições e/ou atividades em curso do CNMP interesse aos senhores, o Conselheiro está aberto a receber contribuições.



Comissão de Defesa
dos Direitos Fundamentais
(61) 3366-9272



Desconhecido <image/bmp>
649 KB

De : Gabinete do Procurador Geral <pgj@mppe.mp.br>

Ter, 03 de Mai de 2016 14:57

Assunto : Re: CNMP/CDDF_Conselheiro Fábio George_divulgação
das atividades do CNMP

📎 1 anexo

Para : PETRUCIO JOSE LUNA DE AQUINO
<paquino@mppe.mp.br>



Equipe do Gabinete
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado de Pernambuco
Fone: (81) 3182-7093/7094

De: "Gabinete do Procurador Geral" <pgj@mppe.mp.br>

Para: "PETRUCIO JOSE LUNA DE AQUINO" <paquino@mppe.mp.br>

Enviadas: Terça-feira, 3 de Maio de 2016 13:54:09

Assunto: Fwd: CNMP/CDDF_Conselheiro Fábio George_divulgação das atividades do CNMP

Segue para conhecimento.
Zilda Oliveira

Equipe do Gabinete
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado de Pernambuco
Fone: (81) 3182-7093/7094

De: direitosfundamentais@cnmp.mp.br

Enviadas: Terça-feira, 3 de Maio de 2016 13:55:46

Assunto: CNMP/CDDF_Conselheiro Fábio George_divulgação das atividades do CNMP

Prezados(as),

O Conselheiro Fábio George, presidente desta Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais-CDDF, está tentando promover uma maior aproximação entre o CNMP e os membros do Ministério Público.

Como a CDDF possui uma extensa lista de e-mails de vários membros de todos os ramos do MP brasileiro, ele nos solicitou o envio de dois expedientes de difusão das atividades do CNMP: o primeiro é um boletim informativo com todas as proposições em curso no CNMP, produzido pelo próprio gabinete do Conselheiro e o segundo é o "Direto do CNMP", instrumento produzido pela Assessoria de Comunicação do Conselho, com as principais notícias de nosso órgão de controle.

Assim, caso alguma das proposições e/ou atividades em curso do CNMP interesse aos senhores, o Conselheiro está aberto a receber contribuições.

Comissão de Defesa
dos Direitos Fundamentais
(61) 3366-9272



Desconhecido <image/bmp>
649 KB

De : Gabinete do Procurador Geral <pgj@mppe.mp.br>

Ter, 03 de Mai de 2016 13:54

Assunto : Fwd: CNMP/CDDF_Conselheiro Fábio
George_divulgação das atividades do CNMP

1 anexo

Para : PETRUCIO JOSE LUNA DE AQUINO
<paquino@mppe.mp.br>

Segue para conhecimento.
Zilda Oliveira

Equipe do Gabinete
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado de Pernambuco
Fone: (81) 3182-7093/7094

De: direitosfundamentais@cnmp.mp.br

Enviadas: Terça-feira, 3 de Maio de 2016 13:55:46

Assunto: CNMP/CDDF_Conselheiro Fábio George_divulgação das atividades do CNMP

Prezados(as),

O Conselheiro Fábio George, presidente desta Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais-CDDF, está tentando promover uma maior aproximação entre o CNMP e os membros do Ministério Público.

Como a CDDF possui uma extensa lista de e-mails de vários membros de todos os ramos do MP brasileiro, ele nos solicitou o envio de dois expedientes de difusão das atividades do CNMP: o primeiro é um boletim informativo com todas as proposições em curso no CNMP, produzido pelo próprio gabinete do Conselheiro e o segundo é o "Direto do CNMP",

instrumento produzido pela Assessoria de Comunicação do Conselho, com as principais notícias de nosso órgão de controle.



Assim, caso alguma das proposições e/ou atividades em curso do CNMP interesse aos senhores, o Conselheiro está aberto a receber contribuições.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Comissão de Defesa
dos Direitos Fundamentais
(61) 3366-9272



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Desconhecido <image/bmp>

649 KB

De : direitosfundamentais@cnmp.mp.br

Ter, 03 de Mai de 2016 13:55

Assunto : CNMP/CDDF_Conselheiro Fábio George_divulgação das atividades do CNMP

1 anexo

Prezados(as),

O Conselheiro Fábio George, presidente desta Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais-CDDF, está tentando promover uma maior aproximação entre o CNMP e os membros do Ministério Público.

Como a CDDF possui uma extensa lista de e-mails de vários membros de todos os ramos do MP brasileiro, ele nos solicitou o envio de dois expedientes de difusão das atividades do CNMP: o primeiro é um boletim informativo com todos as proposições em curso no CNMP, produzido pelo próprio gabinete do Conselheiro e o segundo é o "Direto do CNMP", instrumento produzido pela Assessoria de Comunicação do Conselho, com as principais notícias de nosso órgão de controle.

Assim, caso alguma das proposições e/ou atividades em curso do CNMP interesse aos senhores, o Conselheiro está aberto a receber contribuições.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Comissão de Defesa
dos Direitos Fundamentais
(61) 3366-9272



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Desconhecido <image/bmp>

649 KB